SEÇÃO CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Seção Criminal
PAUTA DE JULGAMENTO

Processos que deverão ser julgados pelo(a) Seção Criminal, em sessão Ordinária que será realizada em 17/07/2019 às 08:30, no Tribunal de Justiça da Bahia, 5ª Av. do CAB, nº 560. Salvador/BA - Brasil - CEP 41745-971.

Na forma do art. 183, §2º, do RITJBA, com a redação dada pela emenda regimental n. 12, disponibilizada no DJe de 31 de março de 2016, os advogados poderão apresentar pedido de julgamento presencial, com ou sem sustentação oral, até 30 (trinta) minutos antes do início da sessão de julgamento, dirigido ao Presidente do Órgão Julgador e entregue ao Diretor da respectiva Secretaria.

1-0000200-02.2017.8.05.0000 Revisão Criminal
Comarca : Caetité
Requerente : Anderson Carlos da Hora Xavier
Requerente : Josemar de Matos Batista
Advogado : Éder Adriano Neves David (OAB: 15325/BA)
Advogado : Fred Fabiano Neves David (OAB: 36642/BA)
Proc. Justiça : Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp
Advogado : Custodio Lacerda Brito (OAB: 5099/BA)

Relator : Jefferson Alves de Assis
Revisor : Eduarda de Lima Vidal
Adiado a pedido do(a) relator(a)
2-0002554-62.2006.8.05.0201 Embargos Infringentes e de Nulidade
Comarca : Porto Seguro
Embargante : Paulo de Lima Santos
Advogado : Antônio Apostolo de Lima (OAB: 12515/BA)
Embargado : Ministério Público
Promotor : Dioneles Leone Santana Filho
Proc. Justiça : Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

Relator : Jefferson Alves de Assis
Revisor : Nágila Maria Sales Brito
Em sessão de 15/05/2019, adiado os Embargos pelo Relator. Pediu vista o Desembargador Mário Alberto Simões Hirs.

Em sessão de 05/06/2019, adiado por mais uma sessão
3-0028529-24.2017.8.05.0000/50000 Embargos de Declaração
Comarca : Paulo Afonso
Embargante : José Rogério Mendonça
Advogado : Mauricio Fernando Andrade da Costa (OAB: 25032/BA)
Proc. Justiça : Sheila Cerqueira Suzart (OAB: 10631/BA)

Relator : Jefferson Alves de Assis
Revisor : Nágila Maria Sales Brito

4-0000813-51.2019.8.05.0000 Conflito de Jurisdição
Comarca : Lauro de Freitas
Suscitante : Juiz de Direito de Lauro de Freitas - 2ª Vara Criminal
Suscitado : Juiz de Direito de Lauro de Freitas - Juizado Especial Criminal
Interessado : Robson Santos Costa
Interessado : Ministério Público do Estado da Bahia
Promotora : Nazira de Albuquerque Quixadá
Proc. Justiça : Elza Maria de Souza

Relator : Abelardo Paulo da Matta Neto
Revisor :

5-0394639-65.2013.8.05.0001 Embargos Infringentes e de Nulidade
Comarca : Salvador
Embargante : Katia Vargas Leal Pereira
Advogado : José Luis Mendes de Oliveira Lima (OAB: 107106/SP)

Advogado : Rodrigo Nascimento Dall Acqua (OAB: 174378/SP)
Advogado : Daniel Kignel (OAB: 329966/SP)
Advogada : Camila Torres Cesar (OAB: 247401/SP)
Advogada : Marcela da Silveira Pinto e Pedreira Cardoso (OAB: 35527/BA)
Proc. Justiça : Rômulo de Andrade Moreira (OAB: 11022/BA)
Embargado : Ministério Público do Estado da Bahia
Promotor : Antônio Luciano Silva Assis
Ass. Acusação : Daniel Keller

Relator : Lourival Almeida Trindade
Revisor : Carlos Roberto Santos Araújo

Salvador, 9 de julho de 2019.

Zelia Maria de Souza Veloso
Diretor(a) da Secretaria da Seção Criminal

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Des. Julio Cezar Lemos Travessa Seção Criminal
DECISÃO

8013807-09.2018.8.05.0000 Revisão Criminal
Jurisdição: Tribunal De Justiça
Requerente: Paulo Ricardo Santana
Requerido: Ministerio Publico Do Estado Da Bahia

Decisão:

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Seção Criminal

Processo: REVISÃO CRIMINAL n. 8013807-09.2018.8.05.0000
Órgão Julgador: Seção Criminal
REQUERENTE: PAULO RICARDO SANTANA
Advogado(s):
REQUERIDO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s):

DECISÃO

Trata-se de Revisão Criminal proposta, a próprio punho, por Paulo Ricardo Santana, através de petição simplória, com poucas informações, consoante se observa ao ID nº 1349774, cujo objeto seria sentença condenatória contra ele proferida nos autos da ação penal pública incondicionada tombada sob o nº 0000072-72.2017.8.05.0261.

Distribuído o feito por sorteio a este Relator, ordenou-se a intimação pessoal da Defensoria Pública para exercício da defesa técnica do Requerente (vide despachos de IDs nº 1366900, 1378446, 1650011, 1659803).

Em petição de ID nº 1698779, a DPE-BA requereu que fosse requisitada a juntada aos autos da demanda penal de origem, a fim de que fosse promovido o adequado exame da questão, o que veio a ser deferido por meio do despacho de ID nº 1700539 e cumprido na sequência, tendo sido colacionado aos autos cópia integral da Ação Penal nº 0000072-72.2017.8.05.0261, consoante se observa dos lds nº 1893184 a 18934866.

Após novo pleito defensorial, formulado em petição de ID nº 2376520, foram colacionados outros documentos e certidões que indicavam que a sentença de origem havia sido ataca por Apelação, recurso este que ainda se encontra em trâmite junto ao TJ-BA (vide lds nº 2792213 e 2955895). Ou seja, ainda não houve o seu julgamento, muito menos, por óbvio, o trânsito em julgado.

Diante disso, em petição de ID nº 3805168, a Defensoria Pública indicou a impossibilidade de prestar a assistência técnica ao Demandante, considerando o não preenchimento de requisito necessário ao manejo da ação revisional, qual seja o trânsito em julgado.

Fixadas as premissas fáticas acima, observa-se o acerto do órgão defensorial, sendo impositiva, por consequência, a extinção do feito sem exame de mérito.

Com efeito, a Revisão Criminal consistente em ação autônoma de impugnação cujo objetivo é a desconstituição da coisa julgada, instituto de direito processual que torna imutável decisão judicial, por não mais caber contra ela a interposição de qualquer recurso.

Conceituando o referido instituto, leciona com sua costumeira maestria o Professor Renato Brasileiro de Lima:

“(…) no ordenamento pátrio, a revisão criminal pode ser compreendida como ação autônoma de impugnação, da competência originária dos Tribunais (ou das Turmas Recursais, no âmbito dos Juizados), a ser ajuizada após o trânsito em julgado de sentença condenatória ou absolutória imprópria (leia-se, exclusivamente em favor do acusado), visando à desconstituição da coisa julgada, sempre que a decisão impugnada estiver contaminada por erro judiciário. Seus pressupostos fundamentais são: 1) A existência de sentença condenatória ou absolutória imprópria com trânsito em julgado; 2) A demonstração do erro judiciário (CPP, art. 621, I, II, e III). (…)” (LIMA, Renato Brasileiro de. Código de Processo Penal Comentado. 2ª Ed. Editora Juspodivm:Salvador, 2017. p. 1492)(Grifos acrescidos).

O trânsito em julgado da sentença ou acórdão objeto de ataque, portanto, é requisito imprescindível ao exame do mérito da demanda revisional, sem o qual falece interesse de agir, já que, antes de tal marco, os questionamentos das partes podem ser instrumentalizadas pelos recursos legalmente previstos.

Na hipótese dos autos, tanto através dos documentos colacionados aos fólios, como por meio de consulta ao próprio sistema E-SAJ de Segundo Grau, verifica-se que inexistente decisão transitada em julgado, por ora, oriunda da Ação Penal nº 0000072-72.2017.8.05.0261.

Em verdade, contra a sentença condenatória, manejou-se Apelação Criminal, a qual ainda se encontra em trâmite junto à Primeira Turma da Segunda Câmara Criminal do TJ-BA, pendente de julgamento.

Logo, indubitavelmente, inexistente coisa julgada a ser pretensamente desconstituída na situação vertente.

Isso, por si só, justifica a extinção do feito sem exame de mérito, ante a ausência de interesse de agir, na forma dos argumentos já expostos.

Por sua vez, o interesse de agir constitui uma das condições da ação, de modo que a sua ausência permite ao Relator decidir o tema de forma monocrática, já que, na forma do art. 162, XI, do RITJBA, lhe incumbe realizar os juízos de admissibilidade das petições iniciais em feitos de competência originária desta Corte, exatamente como ocorre com a Revisão Criminal. Veja-se:

“Art. 162 – Além dos poderes previstos no Código de Processo Civil, no Código de Processo Penal e na legislação extravagante, compete ao Relator: (ALTERADO CONFORME EMENDA REGIMENTAL N. 09/2016, DE 16 DE MARÇO DE 2016, DJe 17/03/2016). (...) XI – examinar a admissibilidade da petição inicial nos processos de competência originária do Tribunal;”

Ante todo o exposto, vota-se pelo EXTINÇÃO, SEM EXAME DE MÉRITO, da presente Revisão Criminal.

O presente acórdão tem força de ofício.

Salvador, 09 de julho de 2019.

Desembargador Julio Cezar Lemos Travessa

Relator

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
SEÇÃO CRIMINAL
PAUTA DE JULGAMENTO

Processos que deverão ser julgados pelo(a) Seção Criminal, em Sessão Ordinária que será realizada em 17/07/2019 às 08:30:00, no Tribunal de Justiça da Bahia, 5ª Av. do CAB, nº 560.Salvador/BA - Brasil - CEP 41745-971.

Na forma do art. 183, §2º, do RITJBA, com a redação dada pela emenda regimental n. 12, disponibilizada no DJe de 31 de março de 2016, os advogados poderão apresentar pedido de julgamento presencial, com ou sem sustentação oral, até 30 (trinta) minutos antes do início da sessão de julgamento, dirigido ao Presidente do Órgão Julgador e entregue ao Diretor da respectiva Secretaria.

decrecente de antiguidade, ressalvadas as hipóteses de ausência, afastamento, suspeição ou impedimento.

Ordem: 1
Processo: 8008482-19.2019.8.05.0000 CONFLITO DE JURISDIÇÃO
Relator: JOSE ALFREDO CERQUEIRA DA SILVA
Partes: Juiz da 1ª Vara Criminal de Itabuna
Juiz da 2ª Vara do Sistema dos Juizados da Comarca de Itabuna
Comarca: Salvador

Ordem: 2
Processo: 8015238-78.2018.8.05.0000 EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO
Relator: ALIOMAR SILVA BRITTO
Partes: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
JUIZ COORDENADOR DO GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO
Comarca: Salvador

Ordem: 3
Processo: 8007166-68.2019.8.05.0000 CONFLITO DE JURISDIÇÃO
Relator: CARLOS ROBERTO SANTOS ARAUJO
Partes: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LAURO DE FREITAS
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DO SISTEMA DO JUIZADO DA COMARCA DE LAURO DE FREITAS
Comarca: Salvador

Ordem: 4
Processo: 8002413-68.2019.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: SORAYA MORADILLO PINTO
Partes: EDNALDO SOUZA DE JESUS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s): GILDO LOPES PORTO JUNIOR (BA 1351)
Comarca: Salvador

Ordem: 5
Processo: 8005370-42.2019.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: JOSE ALFREDO CERQUEIRA DA SILVA
Partes: JOELMA CARVALHO BRUNO
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s): QUENIA ALMEIDA FIGUEIREDO (BA 03770)
SUIA SANTANA FIGUEIREDO DE VIVEIROS (BA 09550)
WELLINGTON SANTOS FIGUEIREDO (BA 27770)
Comarca: Salvador

Ordem: 6
Processo: 8003768-50.2018.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
Partes: KAFILA DA ROCHA COELHO
MINISTERIO PUBLICO
Comarca: Salvador

Ordem: 7
Processo: 8000102-07.2019.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: LUIZ FERNANDO LIMA
Partes: CRISPIM DOS SANTOS CONCEICAO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s): JOHNNY DA SILVA CORREIA (BA 77410)
Comarca: Salvador

Ordem: 8
Processo: 8018581-82.2018.8.05.0000 MANDADO DE SEGURANÇA (CRIMINAL)
Relator: SORAYA MORADILLO PINTO
Partes: IRACEMA GUIMARAES BARRETTO ARAUJO
DESEMBARGADOR(A) RELATOR (A) DO PROCESSO Nº 0015271-49.2014.8.05.0000, SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
Advogado(s): JULIANA PINHEIRO DAMASCENO E SANTOS (BA 2066)
Comarca: Salvador

Ordem: 9
Processo: 8011361-96.2019.8.05.0000 EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE
Relator: INEZ MARIA BRITO SANTOS MIRANDA
Partes: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA

IVAN PEREIRA DA SILVA

Comarca: Salvador

Ordem: 10

Processo: 8018868-45.2018.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL

Relator: NILSON SOARES CASTELO BRANCO

Partes: LUSEMBERG DE AGUIAR BALDINI

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Advogado(s): ANDRE LUIS DO NASCIMENTO LOPES (BA 4498)

Comarca: Salvador

Ordem: 11

Processo: 8008470-05.2019.8.05.0000 CONFLITO DE JURISDIÇÃO

Relator: CARLOS ROBERTO SANTOS ARAUJO

Partes: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FEIRA DE SANTANA

JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE FEIRA DE SANTANA-

BA

Comarca: Salvador

Ordem: 12

Processo: 8003581-08.2019.8.05.0000 CONFLITO DE JURISDIÇÃO

Relator: RITA DE CASSIA MACHADO MAGALHAES

Partes: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA

JUIZO DA 12ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE Salvador

Comarca: Salvador

Ordem: 13

Processo: 8003569-91.2019.8.05.0000 CONFLITO DE JURISDIÇÃO

Relator: SORAYA MORADILLO PINTO

Partes: JUIZO DA 2ª VARA CRIMINAL DE LAURO DE FREITAS

JUIZO DA 2ª VARA CRIMINAL DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS DA COMARCA DE LAURO DE FREITAS

Comarca: Salvador

Ordem: 14

Processo: 8016899-92.2018.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL

Relator: PEDRO AUGUSTO COSTA GUERRA

Partes: ALEXANDRE DA PAIXAO OLIVEIRA

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Advogado(s): ABDON ANTONIO ABBADE DOS REIS (BA 976)

KATHYA SOUZA FALCAO DA SILVA (BA 26890)

Comarca: Salvador

Ordem: 15

Processo: 8026274-20.2018.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL

Relator: CARLOS ROBERTO SANTOS ARAUJO

Partes: MANOEL ALVES GONCALVES

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Advogado(s): RICARDO SANTOS PEREIRA (BA 8475)

Comarca: Salvador

Ordem: 16

Processo: 8002733-21.2019.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL

Relator: LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE

Partes: UDSON TIAGO PEREIRA DE OLIVEIRA

MINISTERIO PUBLICO

Advogado(s): ADRIANA MACHADO E ABREU (BA 8241)

Comarca: Salvador

Ordem: 17

Processo: 8006814-13.2019.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL

Relator: CARLOS ROBERTO SANTOS ARAUJO

Partes: RONAILSON SILVA SOUZA

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Advogado(s): FABIANO DE SOUZA MELO (PE 08260)

Comarca: Salvador

Ordem: 18

Processo: 8008314-17.2019.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL

Relator: CARLOS ROBERTO SANTOS ARAUJO

Partes: VALDEMAR SIPRIANO DOS SANTOS
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s): PAULO JOSE ROCHA DE OLIVEIRA (SP 88567)
Comarca: Salvador

Ordem: 19
Processo: 8014184-77.2018.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: CARLOS ROBERTO SANTOS ARAUJO
Partes: JOAO LOPES DOS SANTOS NETO
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s): MARCELO DOS SANTOS CARNEIRO PORTO (BA 82320)
Comarca: Salvador

Ordem: 20
Processo: 8003858-58.2018.8.05.0000 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (CÍVEL)
Relator: ESERVAL ROCHA
Partes: JOSE CARLOS RIBEIRO DE MATOS
JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIME DA COMARCA RIBEIRA DO POMBAL
Advogado(s): MARIO SILVA CABRAL (BA 0578)
Comarca: Salvador

Ordem: 21
Processo: 8007570-22.2019.8.05.0000 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Relator: IVONE RIBEIRO GONCALVES BESSA RAMOS
Partes: SIDNEI DE JESUS SOUZA
Secretario de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia
Comarca: Salvador

Ordem: 22
Processo: 8019718-02.2018.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: PEDRO AUGUSTO COSTA GUERRA
Partes: ROBERIO LACERDA SILVA
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s): MARCELO ROCHA FERREIRA (BA 3483)
Comarca: Salvador

Ordem: 23
Processo: 8007063-61.2019.8.05.0000 CONFLITO DE JURISDIÇÃO
Relator: INEZ MARIA BRITO SANTOS MIRANDA
Partes: JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LAURO DE FREITAS
JUÍZO DA 2ª VARA DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE LAURO DE FREITAS
Comarca: Salvador

Pauta de Julgamento originária do sistema PJE

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Luiz Fernando Lima
PUBLICAÇÃO DE DESPACHOS E DECISÕES MONOCRÁTICAS

0316802-68.2012.8.05.0000/50001 Agravo Regimental
Agravante : João Paulo de Souza Prefeito do Município de Érico Cardoso
Advogado : João Daniel Jacobina Brandão de Carvalho (OAB: 22113/BA)
Agravado : "Ministério Público
Proc. Geral : Rômulo de Andrade Moreira
Promotor : Luiz Estacio Lopes de Oliveira
Luiz Fernando Lima

Manifeste-se o Ministério Público acerca do agravo regimental interposto pelo acusado. Publique-se. Intime-se. Salvador/BA, 9 de julho de 2019 Des. Luiz Fernando Lima Relator

Salvador, 9 de julho de 2019
Luiz Fernando Lima